



# Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE

PL 006/2017

A autoria da presente Proposição é da nobre vereadora Fernanda Schlic Garcia.

Trata-se de PL que “Dispõe sobre monitoramento eletrônico de agressor e dá outras providências”, com a seguinte redação:

*A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:*

*Art. 1º - Fica criado o programa municipal para o monitoramento eletrônico do agressor que recebeu alguma ordem judicial protetiva de urgência prevista na Lei Federal nº 11.340/06, bem como de medida cautelar diversa da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.*

*Art. 2º - O agressor que receber alguma medida protetiva será orientado pelo juízo a procurar serviço público municipal a fim de receber tornozeleira eletrônica para ser monitorado.*

*Art. 3º - Na hipótese do agressor descumprir as determinações da medida imposta deverá ser acionada a guarda civil municipal e a polícia militar para providencias imediatas, bem como deverá ser comunicado o juízo competente.*

*Art. 4º Deverá o Poder Executivo regulamentar a presente lei em 60 dias.*

*Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

A Constituição Federal ao tratar da competência privativa da União, estabelece, em seu Art. 22, I:

*“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;” (grifamos).*



# *Câmara Municipal de Sorocaba*

Estado de São Paulo

## SECRETARIA JURÍDICA

A Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida nacionalmente como “Lei Maria da Penha” e traz medidas protetivas de urgência a fim de proteger a ofendida do agressor, nos Arts. 18 a 24 da referida Lei:

### *“DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA*

*Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:*

*I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;*

*II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;*

*III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.*

*Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.*

*§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.*

*§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.*

*§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.*

*Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.*

*Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.*

*Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.*



# *Câmara Municipal de Sorocaba*

Estado de São Paulo

## SECRETARIA JURÍDICA

*Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.*

### *Seção II*

#### *Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor.*

*Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:*

*I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;*

*II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;*

*III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:*

*a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;*

*b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;*

*c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;*

*IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;*

*V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.*

*§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.*

*§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.*

*§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.*



# *Câmara Municipal de Sorocaba*

Estado de São Paulo

## SECRETARIA JURÍDICA

§ 4º *Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).*

### *Seção III*

#### *Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida*

*Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:*

*I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;*

*II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;*

*III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;*

*IV - determinar a separação de corpos.*

*Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:*

*I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;*

*II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;*

*III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;*

*IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.*

*Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.*

Já a Lei nº 12406, de 4 de maio de 2011, acrescenta a monitoração eletrônica (Art. 319, IX) ao Código de Processo Penal como medida cautelar diversa da prisão.

As medidas protetivas são concedidas pelo juiz a requerimento do Ministério Público ou pedido da ofendida e não compete ao serviço público municipal



# Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

## SECRETARIA JURÍDICA

efetivar a monitoração eletrônica, tampouco ao legislador municipal impor tal medida. Também a Guarda Municipal, regida pela Lei nº 4519, de 13 de abril de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 20.136/2012, dispõe em seu Art 1º:

*“Artigo 1º - A Guarda Municipal de Sorocaba (GMS), corporação uniformizada e armada, que se rege pelos princípios da hierarquia e disciplina, cabe:*

*I - a proteção dos próprios municipais;*

*II - o apoio aos serviços municipais, em especial os de polícia administrativa”.*

Portanto, não pode ser acionada no caso do agressor descumprir a medida protetiva imposta pelo juízo.

Diante do exposto, entendemos que existe a inconstitucionalidade formal ou de vício de iniciativa em relação a este Projeto, por ofensa ao Art. 22, I da Constituição Federal, que cuida da competência privativa da União.

É o parecer.

Sorocaba, 10 de fevereiro de 2017.

RENATA FOGAÇA DE ALMEIDA  
ASSESSORA JURÍDICA

De acordo:

MARCIA PEGORELLI ANTUNES  
Secretária Jurídica